



A Etnia Karipuna do Oiapoque: Cultura Indígena e Etnomatemática

¹Risonete Santiago da Costa, ²José Roberto Linhares de Mattos

¹Instituto Federal do Amapá e PPGEA/UFRRJ - Brasil
risonete.costa@ifap.edu.br

²Universidade Federal Fluminense e PPGEA/UFRRJ - Brasil
jrlinhares@gmail.com

Palavras-chave:

Cultura indígena, Etnomatemática, Karipuna, Produção de farinha.

Keywords

Indigenous culture, Ethnomathematics, Karipuna, Production of flour.

RESUMO

Os índios brasileiros têm seus direitos assegurados desde a Constituição Federal, promulgada em 1988, revisão de leis que regulamentam os direitos indígenas e a educação escolar indígena, no âmbito de legislações federais e estaduais. Neste artigo apresentamos um trabalho de pesquisa realizado na Aldeia Manga, da etnia Karipuna, no Município de Oiapoque, Estado do Amapá, Brasil. Buscamos descrever as formas específicas do processo produtivo (roças). A partir dos saberes e fazeres culturais e centenários que os índios construíram coletivamente para organizarem o plantio, enfocamos as contribuições da etnomatemática relacionadas ao ensino de Matemática, percebendo esses conhecimentos de forma planetária, humana, contextualizada e que sobretudo possam convergir para uma melhor compreensão da realidade.

ABSTRACT

The Brazilian Indians have their rights guaranteed since the Federal Constitution, promulgated in 1988, revision of laws governing indigenous rights and indigenous school education, under federal and state laws. In this paper, we present a research work carried out in the village Manga, of the Karipuna ethnicity, in the municipality of Oiapoque, Amapa State, Brazil. We describe the specific forms of the production process (field). From the cultural and centenarians knowledge that the Indians have built collectively to organize planting, we focus on the contributions of Ethnomathematics related to teaching mathematics, realizing the knowledge as planetary, humane, contextualized and can mainly converge to a better understanding of reality.

Introdução

A partir do reconhecimento da diversidade étnica, os saberes e fazeres centenários constituem-se em conteúdos escolares.

Na educação escolar indígena ofertada pela Escola Jorge Iaparrá, na aldeia Manga da etnia Karipuna, estão aprovadas, no Projeto Político Pedagógico, as disciplinas Língua Materna e Cultura indígena. Também, nas demais disciplinas, são valorizados os conhecimentos da cultura indígena, através da transdisciplinaridade e da transversalidade.

Neste trabalho buscamos mostrar a Aldeia Manga da etnia Karipuna, que está localizada no Estado do Amapá, no Município de Oiapoque e enfocar como se dá a demarcação das roças, o plantio, a produção de farinha de mandioca e a venda da mesma.

Em um primeiro momento, apresentamos a origem da etnia Karipuna. Em um segundo momento, mostramos a Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá. Posteriormente, descrevemos o modo como a comunidade se organiza para fazer suas roças. Por fim, mostramos o processo de produção de farinha, que por ter uma organização peculiar e ser um dos aspectos fortemente vividos pela comunidade, torna-se, no ambiente escolar, um conteúdo essencial para o fortalecimento dos aspectos culturais e pode contribuir para uma melhor compreensão de conhecimentos de matemática, dentro de uma perspectiva etnomatemática.

A Origem da Etnia Karipuna

Os povos indígenas do Amapá construíram um modo próprio de ser, viver e pensar o mundo. A aldeia Manga, da etnia indígena Karipuna, é a maior, em aspectos populacionais, desta etnia.

Esta aldeia se localiza a 25 km da sede do Município de Oiapoque, tornando-se a aldeia mais próxima deste município, cujo acesso se dá pelo ramal do Manga, ocupando a parte alta do Rio Curipi, na margem esquerda, em região de floresta.

Considerando os aspectos históricos, a população Karipuna teve origem a partir de várias populações, como consideram Ruffaldi e Spires:

O povo Karipuna também se formou a partir de remanescentes de várias populações. O nome Karipuna é citado em relatos de viajantes já no século XVII, como moradores do Oiapoque (Moquet, 1617). Não é mencionado no século XVIII, mas volta a aparecer em documentos do século XIX, como grupo reduzido de famílias habitantes do Baixo Oiapoque e falantes de um idioma do tronco tupi. Estas famílias, remanescentes de povos indígenas da região, e outros migrantes da região do salgado Paraense, contribuíram para a formação deste povo. No Rio Curipi reconstruíram seu modo próprio de vida. (RUFFALDI; SPIRES, 2002, p. 30).

Ainda segundo Gallois e Grupione, a etnia Karipuna é bastante heterogênea e se diferenciam dos demais povos que habitam a região do Uaçá, mas compartilham relações em comum:

[...] é possível que as primeiras famílias que chegaram à região do rio Curipi, em fins do século XIX, já se autodenominassem Karipuna. Além destas, confluíram para a mesma região outras famílias de origens bastante heterogêneas, incluindo pessoas de origem indígena e não-indígena que ali se estabeleceram e que, no decorrer da primeira metade do século XX, começaram a ser identificadas como integrantes do grupo Karipuna, inicialmente pela Comissão Rondon, que visitou a região no ano de 1927, e mais tarde pela população regional (GALLOIS; GRUPIONE, 2003, p. 15).

A Escola Indígena Jorge Iaparrá

No ano de 1976, estando recém-organizada a Aldeia Manga, chegou a esta comunidade o professor Medina. No entanto, ainda não havia sido construída a escola indígena Jorge Iaparrá. Então o Cacique Henrique solicitou ao senhor Antônio dos Santos, que cedesse sua casa que estava recém-construída (construída em 1975) para ali funcionar a primeira escola.

Posteriormente, em 1977, a prefeitura construiu próxima a residência do Senhor Antônio dos Santos a primeira escola (edificação em madeira) às margens do rio Curipi, tornando-se oficialmente a Escola Manga.

Com a deterioração da estrutura física da escola a Prefeitura Municipal de Oiapoque construiu outra escola, também em madeira, onde a comunidade decidiu por homenagear Jorge Iaparrá (índio que morreu acidentalmente durante a construção do ramal da aldeia), atribuindo seu nome a escola, tornando-se então Escola Estadual Jorge Iaparrá.

Em 2002 com o aumento do quantitativo de estudantes, o Governo do Estado edificou a escola em alvenaria. Neste mesmo período as escolas indígenas, através da Resolução Nº 068/02 do Conselho Estadual de Educação – CEE, do Conselho estadual de Educação, receberam nova nomenclatura com a inclusão da palavra “Indígena” associada ao nome da escola, tornando-se então Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá.

No ano de 2009 com reconhecimento da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, tornaram-se oficiais as disciplinas Cultura Indígena e Língua Materna na matriz curricular do Ensino Fundamental e Médio. Todos os aspectos da cultura indígena e língua materna que anteriormente eram trabalhados de forma transversal, a partir destas disciplinas passaram a ser trabalhados com metodologia específica buscando a preservação/valorização da cultura e da língua “patois”, oficialmente denominada Kheuol.

Neste sentido valorizar os fazeres e saberes das comunidades indígenas no contexto educacional permeia por uma educação que reconheça o outro como um ser histórico, que pensa e age no/com o mundo como nos diz Freire:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação, não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência *intencionada*, ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1997, p. 67, grifos do autor).

Um dos conteúdos que são bem explorados pelos professores indígenas e não indígena é o processo de produção de farinha na Aldeia Manga, que possui uma organização comunitária para o plantio, que os índios chamam de *convidado*. Esses conteúdos na disciplina matemática possuem uma abordagem etnomatemática, como nos enfoca D’ambrosio:

Dentre as distintas maneiras de fazer e de saber, algumas privilegiam comparar, classificar, quantificar, medir, explicar, generalizar, inferir e, de algum modo, avaliar. Falamos então de um saber/fazer matemático na busca de explicações e de maneiras de lidar com o ambiente imediato e remoto. Obviamente, esse saber/fazer matemático é contextualizado e responde a fatores naturais e sociais.

O cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura. (D’AMBROSIO, 2011, p. 22).

A Plantação de Mandioca Através do Sistema de Convidado

Todo o processo se inicia com a escolha do local onde será a futura roça. Esta escolha quem faz é a própria família dentro da terra indígena (geralmente próximo de regiões que possuem água – igarapés, rios etc.). A abertura de roça se dá no verão amazônico que se inicia no mês de agosto e se estende até dezembro. Dependendo da necessidade, a abertura de roça pode ocorrer até fevereiro, quando o inverno já iniciou. Atualmente, como existem inúmeras roças, uma família pode ter dúvida sobre o lugar a ser ocupado pela roça. Neste caso, é solicitada ajuda ao Cacique para confirmar a ocupação da mesma.

O tamanho da área a ser ocupada é medido em braças (cuja medida é dada por um homem em pé com os braços levantados), uma braça equivale em média 2,5m (dois metros e meio), segundo informações do cacique *quando o homem é baixinho, para dar os 2,5m ele ergue os braços juntamente com o terçado (facão) para atingir aquele tamanho*. Então corta-se uma vara com esta medida e, manualmente, faz-se a medição da área, que varia entre 50 (cinquenta) a 100 (cem) braças.

Definida a área, os homens da aldeia em regime de convidado (uma família convida a outra) e mutirão (trabalho coletivo) irão fazer a roçagem, a derrubada e a queimada. Durante os trabalhos, geralmente o almoço é servido pela manhã (preparado pelas mulheres e durante o dia tomam o chibé (farinha misturada com água) e pimenta ou caxixi (bebida indígena que possui teor alcoólico devido a fermentação durante o preparo).

Posterior à queimada o trabalho continua em regime de convidado, mas com toda as famílias convidadas para a coivara (finalização da limpeza da área). Finalizado a coivara inicia-se o plantio que ocorre com participação de todos: mulheres, homens, crianças, idosos e senhoras.

A dinâmica do plantio se dá da seguinte forma: os homens cavam a cova com o “piocho” (ferro de cova), os mais novos carregam os feixes de maniva para o local do plantio, os mais idosos (acima de 50 anos) cortam a maniva (cada pedaço possui em torno de 30 cm), as moças/crianças semeiam (colocam a maniva nas covas) e as mulheres plantam (fincam e cobrem de terra a maniva).

Para uma roça de 50 braçadas são plantados 20 (vinte) feixes de manivas, que produzirão mandioca, usadas na produção de farinha. Também são plantadas outras culturas como maxixe, jerimum, batata doce, pimenta, chicória, pupunheira, macaxeira e outras.



Figura 1: Roça já plantada
Fonte: Dos autores

A Produção de Farinha

Inicialmente a mandioca é raspada onde uma parte irá ficar de molho durante 2 (dois) dias e a maior parte será ralada ou triturada em uma máquina que chamam de “catitu”, posteriormente a massa será prensada em prensadeira manual ou tipiti. Da água retirada se fabricam subprodutos que são o tucupi e a tapioca. Existem famílias cuja única renda é proveniente da produção de farinha.

Para os Karipunas produzirem a farinha é necessário que uma parte da mandioca fique em água durante dois dias. Posteriormente tanto a mandioca seca quando a que ficou em água serão trituradas no catitu (máquina de triturar mandioca) separadamente. As duas massas serão juntadas durante o cozimento ou torragem, que ocorre no forno. Este processo, na concepção dos índios, deixa a farinha mais saborosa.



Figura 2: Massa de Mandioca
Fonte: Dos autores



Figura 3: Prensadeira Manual
Fonte: Dos autores



Figura 3: Forno de farinha
Fonte: Dos autores

A farinha e seus subprodutos (tapioca, tucupi, farinha de tapioca), servem para o consumo próprio dos indígenas como para a venda. Os mercados que mais absorvem a farinha, o tucupi e a farinha de tapioca, da Aldeia Manga, são os comércios e feiras que ficam na sede do Município de Oiapoque ou os comércios e feiras de Saint-Georges (Guiana Francesa). Neste último, a venda ocorre em euro e, por isso, este tipo de venda é a preferida dos índios.

Após todo o trabalho em uma roça o “dono do convidado” (família dona da roça) irá “render” o trabalho, ou seja, retribuirá igualmente o trabalho à família convidada. Este fazer, alicerçado em uma organização coletiva e que constitui uma especificidade cultural, aliado ao saber, integram o conhecimento da aldeia, conforme D’ambrosio:

As distintas maneiras de fazer [práticas] e de saber [teorias], que caracterizam uma cultura, são parte do conhecimento compartilhado e do comportamento compatibilizado. Assim como comportamento e conhecimento, as maneiras de saber e de fazer estão em permanente interação. São falsas as dicotomias entre saber e fazer, assim como entre teoria e prática. (D’AMBROSIO, 2011, p. 19).

A Produção de Farinha e a Etnomatemática

O processo de produção da Aldeia Manga é um processo de relações comunitárias, de cooperação, de humanização, onde saberes e fazeres são coletivos e todos os conhecimentos permeiam por conhecimentos etnomatemáticos tais como: medição de área, quantitativo de paneiros de mandioca que serão transformados em sacas de farinha, relações de venda, conversão de moedas (de real para euro), relação trabalho e lucro.

Estas relações de venda são diferenciadas dentro da aldeia, pois os preços são tabelados pela própria comunidade, em reuniões comunitárias. Este preço é definido apenas para suprir o trabalho executado, quase sempre sem fins lucrativos.

Nesta concepção D’ambrosio (1996, p. 18) concebe que “ao longo da história se reconhecem esforços de indivíduos e de todas as sociedades para encontrar explicações, formas de lidar e conviver com a realidade natural e sociocultural”.

A educação etnomatemática concebe os saberes construídos socialmente na sua totalidade, buscando uma educação pautada no respeito à diversidade étnica e cultural, valorização da vida e valorização da cultura nas suas diversas manifestações como: arte, música, conhecimento, linguagem, histórias, reflexão, criatividade, concepções de mundo, saberes, criações, inteligência, sensibilidade, modos de produzir, o sobrenatural e suas ciências. De acordo com Teresa Vergani:

Há uma ética associada ao conhecimento matemático, cuja prática é guiada pelo conhecimento de nós próprios, pela diluição das barreiras entre indivíduos, pela construção de uma “harmonia ancorada em respeito, solidariedade e cooperação”. Daí que os estudantes sejam sempre mais importantes do que currículos ou métodos de ensino; que o conhecimento não possa ser dissociado da plenitude humana nem do aluno nem do formador; que tanto a paz pessoal como a paz ambiental, social e cultural sejam corolários de um posicionamento correto face à vida, face ao conhecimento e face ao cosmos. (VERGANI, 2007, p. 32).

As concepções etnomatemáticas possibilitam a valorização da Terra como grande patrimônio humano, interplanetário e capaz de considerar e valorizar o ser humano na sua inteireza.

Estes conhecimentos também podem contribuir no grande desafio das comunidades indígenas que é a relação intercultural que tem sido fortemente vivida pelos índios. Isto só é possível a partir do ponto de vista de seus próprios saberes.

D’ambrosio (1996, p. 18) ressalta que “todo conhecimento é resultado de um longo processo cumulativo de geração, de organização intelectual, de organização social e de difusão, naturalmente não- dicotômicos entre si”.

Considerando o papel social e cultural da educação consideramos que:

O saber matemático é fundamental para a compreensão da realidade e está, neste sentido, intimamente articulado às atividades cotidianas que cada sociedade desenvolve. Não se trata, simplesmente de lidar com números e fazer contas; o estudo dos números e operações aritméticas é apenas um dos campos da matemática (BRASIL, 1998 p. 161).

Estas concepções contribuem para que os saberes escolares possam estar contextualizados e atenderem as necessidades e realidades da comunidade indígena. Considerando o processo cultural de fabricação de farinha, percebemos que em todas as etapas de produção, os saberes e fazeres estão relacionados com a etnomatemática e o ensino de matemática.

Ao abordarem o ensino de matemática os professores partem do seguinte pressuposto: “nossa prática parte do conhecido para o desconhecido”, ou seja, das concepções etnomatemáticas para os enfoques matemáticos mais precisos, tornando o processo de aprendizagem contextualizado e compreensível, o que exige uma postura pedagógica integral do educador, como enfoca Scanduzzi:

O olhar para o indivíduo integral, inserido em um meio sócio-cultural-histórico específico, que, por sua vez, por sua vez, está inserido em outros meios ambientais, internacionais, exige cada vez mais do indivíduo e da sociedade a qual faz parte, pela rapidez das informações e um olhar mais amplo. E exige do educador a solidariedade para com o indivíduo e a sociedade, na busca do(s) caminho(s) escolhido(s) e desejado(s) por esses indivíduos e/ou sociedades. Já não se exige do educador construir o ideal para o outro, uma vez que o outro pode ter quantidade/qualidade de informações por intermédio de outros recursos, além do que é dado em sala de aula. O professor deixa de ser o dono do saber, mas tem formação específica que o capacite a transitar entre os saberes de seus alunos, ajudando-os a questionar a realidade envolvente para possível reorganização de seus conhecimentos (SCANDIUZZI, 2009, p.17).

Considerações Finais

Este trabalho contribui para a percepção de formas comunitárias de produção que possibilitam uma relação de trabalho coletivo, que se reflete na própria organização da Aldeia como um todo. Ao verificar essas formas diferenciadas de organização, constatamos que os conteúdos escolares precisam ser diferenciados. Nesta concepção percebemos que os conteúdos tradicionais não conseguem atender as necessidades da comunidade. Partindo deste princípio o papel social da educação e do ensino de matemática, através das concepções etnomatemáticas, pode contribuir com os desafios que a realidade impõe. Os conhecimentos etnomatemáticos no contexto escolar possibilitam o fazer pedagógico partir da realidade vivida e compreendida, para o conhecimento das concepções mais universais dos conceitos

matemáticos e torna o indivíduo uma pessoa comprometida com sua realidade e compreendendo criticamente a sociedade globalizada que a envolve.

Referências

D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática**: da teoria à prática. Campinas: Papyrus, 1996.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALLOIS, D; GRUPIONE. D.F. **Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, 2003.

RUFFALDI, N; SPIRES, R. **Povos indígenas no Pará e Amapá**. Belém: Conselho Indigenista Missionário Regional Norte 2, 2002.

SCANDIUZZI, P.P. **Educação Indígena x educação escolar indígena**: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática. São Paulo: UNESP, 2009.

VERGANI, T. **Educação Etnomatemática**: o que é? Natal: Flecha do Tempo, 2007.

